EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: OS MULTILETRAMENTOS COMO RECURSO DA PRÁTICA SOCIAL DE LEITURA

REGINA JERÔNIMO

RESUMO

A alfabetização na concepção do letramento materializa-se, na prática pedagógica, em oferecer aos jovens e adultos, oportunidades de análise e reflexão sobre a língua, de forma contextualizada, que os levem à construção da base alfabética e, simultaneamente, à promover o seu contato com diferentes gêneros textuais, colocando-as em situações reais de leitura e escrita, mesmo que não a dominem a em sua forma convencional. Desta forma, o objetivo deste artigo é abordar o letramento na Educação de Jovens e Adultos, bem como a importância do professor e sua metodologia, para que o estudante consiga se alfabetizar. Professores alfabetizadores precisam ter conhecimentos sobre peculiaridades dos interesses de jovens e adultos, como também, precisam reconhecer que eles manifestam diferenças, entre si, nas expectativas e demandas no que diz respeito ao aprendizado. Concluímos que não basta apenas garantir a matrícula aos indivíduos ou inseri-los na escola. É preciso criar condições para a permanência dos educandos, uma vez que a inclusão não se resume ao ato de inserir, mas de propiciar uma contínua assistência no desenvolvimento pleno do aprendiz.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos; Metodologia; Letramento.

ABSTRACT

Literacy from the perspective of literacy materializes, in pedagogical practice, in offering young people and adults opportunities for analysis and reflection on the language, in a contextualized way, that lead them to the construction of the alphabetical base and, at the same time, to promote their contact with different textual genres, placing them in real situations of reading and writing, even if they do not master reading and writing in their conventional form. Thus, the aim of this article is to address the literacy in Youth and Adult Education, as well as the importance of the teacher and its methodology, so that the student can become literate. Literacy teachers need to have knowledge about the peculiarities of the interests of young people and adults, as well as recognizing that they manifest differences, among themselves, in the expectations and demands with regard to learning. We concluded that it is not enough just to guarantee the enrollment of individuals or to insert them into the school. It is necessary to create conditions for the permanence of the learners, since inclusion is not limited to the act of insertion, but of providing continuous assistance in the full development of the learner.

KEYWORDS: Education; Methodology; Literacy.

INTRODUÇÃO

Quando os estudantes da Educação de Jovens e Adultos retornam a escola, pensando em dominar a aquisição da leitura e escrita, grande parte tem um foco específico, tem uma finalidade maior por trás do aprendizado da leitura e da escrita, estes em seu cotidiano estão constantemente em contato com códigos da língua escrita. Ao estudar, busca de entender e decifrar esses códigos, com vistas a independência, carreira profissional, convívio social ou para superar a baixa autoestima a qual muitos sentem-se excluídos de alguma forma da sociedade letrada.

Compreende-se que a alfabetização de jovens e adultos deve se voltar para às práticas sociais nos quais esses se encontram inseridos. Assim, a escola passa a ser o local apropriado para o desenvolvimento do letramento, mas não se pode esquecer que os alunos possuem um contexto histórico-cultural a ser considerado. É a partir de sua leitura de mundo que os sujeitos passam a ler os códigos escritos, atribuindo-lhes sentido, utilidade e funcionalidade (MORAIS; BRITO, 2010).

O sujeito, ao chegar à escola, traz em suas experiências a relação individual com a leitura que também é um processo contribuinte para a alfabetização do mesmo. Como tratar da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do ponto de vista da leitura, como transformadora do cidadão enquanto sujeito que atua na sociedade. Podemos dizer que o professor da EJA tem, em sua postura enquanto mediador do conhecimento, um papel de grande relevância, que propicia ao educando, que, por meio da leitura terá uma visão de mundo, ampliar seus saberes, a fim de compreender outros aspectos culturais e sociais da sua própria vida e da sociedade na qual está inserido.

Por isso, o presente trabalho se justifica pela necessidade de explorar mais sobre a alfabetização e o letramento, dando ênfase a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos. O objetivo geral artigo é abordar o letramento nessa modalidade de ensino, bem como a importância do professor e sua metodologia. Os objetivos específicos são: definir alfabetização e letramento; explorar a alfabetização e o letramento na EJA; e identificar a formação dos profissionais atuantes na EJA.

O aluno deve praticar a leitura e a escrita para conseguir assim se apropriar de sua codificação e decodificação. Os conhe-

cimentos precisam ser abordados de forma sistemática na escola, pois tem conhecimento que são iniciados e consolidados na alfabetização e outros são iniciados e vão se consolidando em outras etapas de ensino. Sendo assim não basta levar texto para sala de aula, mais se deve conduzir, orientar, ensinar vogais consoantes e outros conhecimentos específicos do processo de alfabetização de forma contextualizada se baseando no texto.

A LEGISLAÇÃO E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Constituição Federal (1988), ao abordar o dever do estado para com a Educação coloca um grande desafio aos educadores de interpretar e criar políticas para incluir os Jovens e Adultos na educação na proposta assim cabendo ao educador ser o mediador do conhecimento, ou seja, a ponte e Importante ressaltar que a EJA é uma modalidade de ensino que exige flexibilidade e para tanto é preciso levar em consideração as condições de vida do aluno muitas vezes o trabalhador, seu trabalho e seus interesses que por muitas vezes está estudando novamente para conseguir um trabalho melhor uma qualidade de vida melhor para si e sua família.

Na década de 1990 foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96), na qual a EJA passa a ser considerada uma modalidade da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio, com especificidade própria. Cumprem-se a realizar uma reflexão determinada sobre a importância das políticas governamentais educacionais brasileiras e a reiteração dos compromissos firmados pelo Estado com a sociedade referente à expansão do acesso ao conhecimento, a supressão do analfabetismo e a melhoria da qualidade do sistema de ensino.

O artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) destaca a EJA como modalidade da Educação Básica, que deve levar em conta o perfil e faixa etária desse grupo. A LDB faz significativo destaque ao Ensino na modalidade de EJA, não como Ensino de categoria inferior, mas em atenção às especiais necessidades do perfil dos educandos e faixa etária desse grupo.

A Resolução n.º 1, de cinco de julho de 2000, do CNE, estabelece As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e define que a formação inicial e continuada de profissionais para a educação de jovens e adultos terá como referência. Nele mencionam-se as Bases Históricas da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, faz também menção da Educação através das iniciativas públicas e privadas; refere-se a análise de indicadores estatísticos da situação da EJA. Outro fator importante exposto no Parecer diz respeito à formação docente de educadores de jovens e adultos. Remete ao mesmo documento as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, ressaltando a importância do direito à educação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para o

Ensino Médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores.

A educação de jovens e adultos abrange três funções conforme constatados nas Diretrizes Curriculares (2000):

-Reparadora; significa o reconhecimento do poder público de uma "[...] dívida inscrita em nossa história social [...]" (BRASIL, 2000, p. 4), em virtude da negação a milhões de brasileiros e brasileiras, sobretudo, de um (dos seus) direito público subjetivo − o acesso ao ensino fundamental obrigatório e gratuito (art. 5º da LDB nº 9.394/96).

-Equalizadora onde ocorre a reintegração no sistema de ensino dos que tiveram uma desistência ocorrida pela evasão ou repetência, com essa nova inserção o indivíduo terá a possibilidade amplificar seus conhecimentos resultando em novas possibilidades no mercado de trabalho e na sua vida social.

- Qualificadora tem por função permanente na EJA através do seu desenvolvimento amplificações e adequações necessárias. (SILVA, 2021 p, 15)

Com os delineamentos das funções pode ser visto que nelas estar intrínseco o sentido da educação de jovens e adultos, que além de proporcionar oportunidades aos educandos, criando assim certa minimização de desigualdade social existente, conjuntamente cria-se um espaço democrático de aprendizagem. Garantindo assim, um lugar na educação que possibilite aos jovens e adultos um desempenho importante para/na sociedade. Logo, torna-se evidente que a inclusão social em todos os âmbitos é de extrema importância, pois, garante a prática da cidadania por meio do processo de emancipação e valorização dos sujeitos.

Em 09 de janeiro de 2001 foi aprovado o primeiro Plano Nacional de Educação; o PNE ficou marcado pelo desenvolvimento das lutas por estratégias de planejamento educacionais da sociedade. O plano foi criado para atuar nas desigualdades sociais, econômicas e políticas que vem persistindo ao longo das décadas no Brasil. Foi elaborado para garantir o futuro promissor por meio do aumento do nível de escolaridade de seus cidadãos tendo como objetivo assegurar o aluno a uma educação de qualidade.

O surgimento do Programa Nacional de Integração Profissional e Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), em 2007, tornou-se um marco na história da EJA no Brasil, não só por considerar grande parcela da população que não

completou ensino médio ou não tinha acesso a ela, mas também o enorme contingente de jovens e adultos pouco escolarizados que não teve acesso a treinamento, ou qualquer outra qualificação profissional.

CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ao se tratar da temática da Educação de Jovens e Adultos, como sujeitos de conhecimento e aprendizagem, Oliveira (1999, p. 59), expressa que embora se remeta a um recorte de idade, deve-se atentar primordialmente a uma questão de especificidade cultural. Pois conforme a autora "esse território da educação não diz respeito a reflexões e ações educativas dirigidas a qualquer jovem ou adulto, mas delimita um determinado grupo de pessoas relativamente homogêneo no interior da diversidade de grupos culturais da sociedade contemporânea."

A educação é um direito inerente ao ser humano sendo essencial e insubstituível na ida dos mesmos, sendo ela responsável por promover mudanças em diversas áreas de sua vida. Os alunos da EJA apresentam características diferenciadas do ensino regular, pois diferenciam problemas que os tornam frágeis tais como: vergonha, discriminação, falta de oportunidade, desemprego entre outros. Essas questões estão relacionadas com a baixa ou nenhuma escolaridade, que os mesmos apresentam fazendo com que haja um distanciamento entre esses indivíduos na sociedade.

Um aspecto que acaba influenciando o aluno a retornar com os estudos e procurar esta modalidade de ensino são o fato de este segmento ter uma curta duração. Terminar o ciclo de estudos mais rapidamente tem sido um dos motivos do retorno, porque cada série pode ser estudada em apenas um semestre. Os alunos público-alvo da EJA estão fora da faixa etária e terminar os estudos mais rápido é uma alternativa para quem tenta correr contra o tempo perdido.

Atualmente, a EJA é composta tanto por jovens, adultos e idosos, porém há décadas atrás a EJA era voltada para os adultos e idosos que viviam na zona rural e não tiveram oportunidade de estudar, porém, o público foi mudando, agora é constituído também por jovens que infelizmente não tiveram uma boa trajetória escolar. A presença dos jovens no ensino fundamental, muitas vezes os trazem como responsáveis por ocasionar uma bagunça no contexto escolar, pois a EJA era pensada para os adultos, e não para esses novos sujeitos.

Arroyo (2007) já dizia que a EJA é marcada por negações. São esses indivíduos evadidos ou negados do ensino regular que serão frequentadores da EJA, posteriormente. Esse fato é que possibilita a tomada de medidas para que o mesmo fenômeno não ocorra novamente com estes indivíduos. Essa evasão escolar anterior aliada a outros fatores, como a falta de preparo didático dos professores, proporciona o distanciamento do aluno e possivelmente sua desistência durante o ano letivo.

A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EJA

A alfabetização de jovens e adultos acontece ao longo de um processo que, além de habilitar o aprendiz a ler, a produzir e compreender qualquer tipo texto que desejar e/ou necessitar precisa conduzir também para uma leitura crítica da realidade, auxiliando na percepção, conscientização e desejo de transformação quando a realidade assim o demandar (SCWARTZ, 2012, p. 100).

Segundo Soares (1998), Freire se reporta ao termo alfabetização sem conectar ao termo letramento. Trata-se inegavelmente de uma compreensão muito ampla no que se refere à alfabetização, tendo em vista que todo trabalho era baseado na realidade vivida por cada sujeito. Assim, o autor deixa claro que a particular importância é desconstruir a ideia de que a alfabetização seria apenas uma técnica mecânica de codificação e decodificação.

O professor alfabetizador poderá descobrir que o conhecimento da leitura e da escrita é acessível a muitos, mas que é preciso saber como interpretar os procedimentos da alfabetização desenvolvidos para a sala de aula. Deve-se compreender que as atividades de interpretação e de produção de escrita começam antes da escolarização, ela se insere em um sistema de conceitos pré-elaborados. (VYGOTSKY, 2021)

Ainda sobre alfabetização, Soares (1998) esclarece: ... "alfabetizado nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita." (p.24) Diante da nova realidade de uma sociedade grafo cêntrica e da necessidade de responder as estas exigências é que surge o termo "letramento", entendido como um complemento para definir a pessoa alfabetizada que sabe fazer uso da leitura e escrita na sociedade em que vive.

Conforme Santos (2007, p. 29), "O letramento como prática social de leitura do cotidiano passa a ser substituído por um letramento escolar". Nesse sentido, a alfabetização e letramento embora diferentes se complementem, pois nenhum substitui o outro e ambos necessitam estarem ligados no processo de aprendizagem. Embora, o letramento ser um termo recente na literatura, suas práticas já eram utilizadas sem nome definido, pois seu conceito embora mais amplo envolva um processo de aquisição e domínio do conteúdo já repassado no processo de alfabetização.

O problema é que alfabetização e letramento são processos interdependentes, indissociáveis e precisam andar juntos durante o processo de aquisição da língua escrita, mas por algum motivo, durante a história da educação do país se prioriza um ou outro. Segundo Soares:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. (SOARES, 2004, p. 14)

É interessante entender tal diferenciação. Enquanto a alfabetização está diretamente relacionada ao indivíduo, entendido como o ser que adquire as habilidades assinaladas, o letramento refere-se às práticas sociais que os indivíduos traçam a partir ou não de sua alfabetização da apropriação da escrita. A autora defende e entende que o ideal seria alfabetizar letrando, pois não há como separar a alfabetização do letramento. Percebe-se que em sala de aula é fundamental que ambos sejam trabalhados juntos, mesmo possuindo suas características distintas.

As atividades de apropriação do sistema de escrita alfabético devem ser feitas juntamente "[...] com atividades de apropriação dos usos e das funções sociais da escrita, com reflexões acerca dos diversos gêneros de textos que circulam socialmente" (LEAL, 2004, p. 78).

Para se falar em gêneros textuais é necessário abordar, primeiramente, alguns conceitos elaborados por Bakhtin (1997), visto que os seus trabalhos deram subsídios para várias pesquisas no tocante aos gêneros textuais. Segundo esse autor, os gêneros do discurso, que aqui chamamos de gêneros textuais, são realizados tanto de forma oral quanto escrita e todas as pessoas os utilizam para fins de comunicação, escrita e leitura. Para ele, os gêneros do discurso são "[...] tipos relativamente estáveis de enunciado" (p. 279).

Assim, o trabalho com os gêneros textuais em sala de aula possibilita a compreensão transdisciplinar. De acordo com Marcuschi (2008), o gênero textual engloba os níveis cultural, cognitivo, social, textual, de organização social e retórico, uma vez que representa a língua nas variadas formas de uso no dia a dia. Essa abrangência do conceito de gênero textual o torna inerente ao entendimento da língua.

CONCLUSÃO

A luta pelo direito a educação de jovens e adultos com igualdade, perpassa muito além do acesso a escolarização das políticas sociais, e especialmente, que sejam vistas e constituídas para os sujeitos de conhecimentos na sociedade que se destaca no mundo da cultura, do trabalho e nos diversos espaços de convívios sociais. É importante perpetuar que a EJA, é voltado para o processo de desenvolvimento e habilidade da vida cidadã, uma vez que, os mesmos são também construtores de conhecimentos, saberes, valores, ideias, teorias e práticas culturais.

É de fundamental importância que o aluno aprenda através de atividades que incitem a sua criatividade, a sua imaginação e o desenvolvimento de seus níveis de conhecimento para ter acesso à aprendizagem mais prazerosa, eficaz e de acordo com as necessidades que possui. Desta forma, potencializando a autoestima, o bom humor e o prazer pelo ato educativo, o que poderá acarretar diminuição dos índices de evasão e repetência escolar na modalidade EJA.

Diante disso, percebe-se que o âmbito educacional sofre grande defasagem, prejudicando a população em um aspecto geral, pois causa retrocesso no desenvolvimento científico, econômico, social etc. Torna-se necessário o investimento tanto na modalidade de EJA, quanto no sistema educacional como um todo, realizando uma melhor formação para os profissionais da educação e uma melhor desenvoltura no sistema de ensino-aprendizagem.

Observou-se também que a EJA trilhou um longo caminho na busca por uma educação de qualidade e igualdade para todas as pessoas, independente da classe social, gênero, etnia e práticas religiosas. Ressalta-se também que mesmo que seja o longo caminho percorrido ainda existe uma demanda maior, para que a EJA seja efetivada em sua totalidade, principalmente levando em consideração a gama de diversidade que essa modalidade de ensino possui. A EJA tornou-se uma porta de entrada para todos aqueles que buscam a melhoria na qualidade de vida, um futuro digno e mudanças sociais.

Se muitas questões ainda se colocam como desafios no trabalho com a literatura na escola, há que se considerar que as possibilidades de propostas adequadas de leitura literária na sala de aula, hoje se ampliam apoiadas por políticos de aquisição de livros, sem as quais dificilmente poderiam se efetivar. Embora o acesso ao livro corresponda a um avanço, as propostas muitas vezes ainda carecem de mediação mais adequada no ambiente da sala de aula.

O cotidiano da escola é rico em situações em que a escrita e a leitura são necessárias e fazem sentido. Trabalhar atividades significativas, lúdicas, de pesquisa, literária é

imprescindível para que a criança compreenda a abordagem dos aspectos formais do sistema de leitura e escrita. Algumas atividades devem ser previstas para desenvolver atitudes e valores nos alunos em relação à leitura, como gostar de ler livros diversificados, frequentar bibliotecas, valorizar a leitura como fonte de entretenimento, cuidar dos livros e demais materiais escritos, bem como, procurar informações em jornais e revistas.

Em relação ao processo pedagógico social, percebe-se que mesmo o professor comprometido, que se preocupa com sua forma de atuação pedagógica e reconhece a necessidade de se avançar na perspectiva da formação do aluno crítico, produtor de conhecimentos, apresenta dificuldades na prática profissional. Neste sentido, enaltece a necessidade de uma formação própria para a modalidade EJA, onde sejam trabalhadas as especificidades da modalidade e dos sujeitos envolvidos, preparando o professor para lidar com os mais diversos desafios.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Juventude, produção cultural e Educação de Jovens e Adultos. In: Leôncio (org.) Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, 2007.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

_____. Ministério da Educação. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.

em >. Acesso em: 12 julho. 2023.

_____. PARECER nº 11, 10 de maio de 2000 e RESOLUÇÃO CNE/CEB, n.º de

05 de julho de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Educação de Jovens e Adultos, 2000. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf Acesso em: 12 de julho de 2023.

LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de MORAIS, Arthur Gomes de. Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MORAIS, G.C.S; BRITO, A.E. Prática pedagógica alfabetizadora: questões de letramento. São Paulo: Regius, 2010.

OLIVEIRA, Marta Kohl de Jovens e adultos como sujeito de conhecimento e aprendizagem. Revista Brasileira de Educação. Set/Out/nov./Dez, 1999.

SANTOS, Carmi Ferraz. Alfabetização e letramento: conceitos e relações. Carmi Ferraz e Marcia Mendonça (organização). 01. ed. 1 reimp: Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Beatriz Ferreira. Educação de Jovens e Adultos: evasão e reingresso. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos. UNICEPLAC. Curso de Pedagogia, Gama-DF, 2021.

SCHWARTZ, Suzana. Alfabetização de jovens e adultos, teoria e prática. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOARES, M. B. Paulo Freire e a alfabetização: muito além de um método. Belo Horizonte: Presença Pedagógica, 1998.

_____, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2003.